



2ª COMISSÃO PERMANENTE - COMISSÃO DE ECONOMIA, TURISMO, INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

E

7ª COMISSÃO PERMANENTE - COMISSÃO DE CULTURA, EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E DESPORTO

RELATÓRIO DA AUDIÇÃO A ENTIDADES LIGADAS AO SECTOR DA NOITE

1. INTRODUÇÃO

Na sequência dos impactos económicos e sociais provocados pela pandemia COVID-19 e do acompanhamento da situação económica da cidade, a 2ª Comissão Permanente - Comissão de Economia, Turismo, Inovação e Internacionalização, e a 7ª Comissão Permanente - Comissão de Cultura, Educação, Juventude e Desporto, diligenciaram um conjunto de audições, dedicadas à audição de entidades representativas do sector da noite.

Estas audições têm como objetivo de aferir como estão a funcionar os programas de apoio do Município de Lisboa, articulado com as Juntas de Freguesia, e os do Governo e se estão a responder às reais necessidades das empresas, do comércio, das associações e dos trabalhadores, quais os problemas e as dificuldades encontradas, quais os aspetos que devem ser melhorados, quais as críticas, as sugestões e propostas de melhoria para que a 2ª e a 7ª Comissão Permanentes da AML possam ter uma maior perceção do que se está a passar na realidade e possam transmitir, através dos instrumentos regimentais disponíveis, propostas, reflexões e ideias. O propósito é apresentar Recomendações à CML, mas também a entidades nacionais, no sentido de se aperfeiçoar, otimizar, alargar e acelerar os mecanismos de apoio existentes para um apoio efetivo mais abrangente e célere.

Assim, a 2ª Comissão Permanente e a 7ª Comissão Permanente realizaram em conjunto a audição das seguintes entidades:

- Associação de Comerciantes do Bairro Alto (audição realizada no dia 20 de Maio de 2021), DM Relatora Isabel Pires (BE);

- Associação Variações – Associação de Comércio e Turismo LGTI de Portugal (audição realizada no dia 28 de maio de 2021), DM Relator José António Borges (PS);
- Associação Circuito - Associação Portuguesa Salas de Programação e Música (audição realizada no dia 2 de Junho de 2021), DM Relator João Carlos Pereira (PCP).

2. AUDIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE COMERCIANTES DO BAIRRO ALTO.

No âmbito da recessão provocada pela situação epidemiológica – COVID-19, decidiu a 2ª Comissão Permanente - Economia, Turismo, Inovação e internacionalização, diligenciar um ciclo de audições a diversas entidades por forma a poder melhor avaliar, junto dos diferentes associados representativos do tecido económico e social, as respostas colocadas em prática pelo Município de Lisboa, Autarquias em articulação com as Freguesias, mas também a nível nacional, e perceber onde existem as dificuldades e como é possível melhorar e aperfeiçoar os mecanismos de respostas. Em conjunto com a 7ª Comissão Permanente, foi ouvida a Associação de Comerciantes do Bairro Alto, que se fez representar pelo seu presidente, Hilário Castro, Paulo Cassiano e Paulo Ferreira

Hilário Castro

O presidente da Associação começou agradecendo o convite das comissões, referindo depois alguns dos tópicos mais relevantes identificados como dificuldades ou problemas decorrentes da crise provocada pela pandemia, em especial no centro da cidade de Lisboa

O Bairro Alto, Chiado e Alfama foram particularmente afetados porque deixaram de ter clientes, mesmo depois da reabertura gradual. Não há quase moradores no centro, quase não há turismo e as empresas ainda estão em teletrabalho, na generalidade. Sem pessoas as dificuldades podem manter-se por mais tempo.

Consideram que o comércio, em geral, não tem visto as suas medidas reforçadas, pelo que é importante que se mantenham os apoios atuais até porque a retoma é ainda muito lenta e vai demorar.

Medidas da CML que foram relevantes neste período: isenção de taxas, facilidade na utilização do espaço público (esplanadas) e o apoio Lisboa Protege. Estas não devem ser minimizadas ou aligeiradas porque ainda há restrições.

Necessidade de reconsiderar a questão dos horários, porque o encerramento dos estabelecimentos todos à mesma hora provoca aglomerações na rua.

Relativamente aos bares especificamente, urge medidas. Não há razão para não abrirem com as mesmas regras e condições dos restaurantes (sem terem que alterar o CAE da sua atividade), o que permitiria uma maior distribuição das pessoas.

2.1. PERGUNTAS E RESPOSTAS AOS DEPUTADOS MUNICIPAIS

DM Simoneta Luz Afonso (PS)

1. Pediu que fosse melhor clarificada qual é que era a situação dos bares para maior compreensão do que poderemos fazer.

Hilário Castro

Informou que todos os estabelecimentos que fizeram a alteração do CAE para restauração estão a funcionar. Acrescentou que a atuação da Polícia Municipal tem sido díspar e questionou porque é que não há mais presença das autoridades em todo o período de abertura e não apenas na hora de fecho? Informou que há também apartamentos de Alojamento Local a serem utilizados para festas com várias dezenas de pessoas.

DM Ana Mateus (PSD)

1. Perguntou se quando falam de bares também se referem às discotecas, ou se essa é uma situação à parte.
2. Havendo a possibilidade de bares/discotecas funcionarem por turnos consideraram que funcionaria melhor?

Hilário Castro

Essa medida, na verdade, já faz parte da gestão diária dos espaços. As discotecas têm feito o funcionamento mais próximo do que seria um bar. Voltou a lembrar a questão da fiscalização, que as autoridades apenas encerram os estabelecimentos e depois ignora os ajuntamentos a seguir.

DM Ana Gaspar (deputada municipal independente/presidente da junta de Avenidas Novas)

1. Tendo a taxa Covid em Lisboa triplicado, estamos ainda longe de uma resolução mais definitiva do problema e da pandemia terminar. Considera que a medida das esplanadas foi muito importante e questiona sobre o que é necessitavam de ajuda da 7ª comissão?

Hilário Castro

Todas as formas de sensibilização e informação são bem-vindas. As concentrações na rua são de jovens, que não são necessariamente os clientes dos restaurantes do Bairro Alto, sendo que muitos destes continuam sem conseguir atingir a sua lotação e, logo, a sua recuperação. Considera que é importante apostar nos recursos para a fiscalização. Sugeriram também a criação de um selo para cada estabelecimento com a informação necessária à porta para as autoridades fiscalizarem.

DM Sobreda Antunes (PEV)

1. Perguntou se seria viável o aumento, em alguns locais, das zonas pedonais para aumentar o espaço possível de esplanadas?
2. A proposta do selo sanitário já foi apresentada às autoridades competentes? Consideram uma mais valia?

Hilário Castro

A UACS e a AHRESP estão a trabalhar na questão do selo sanitário. Considera que a utilização do espaço público é muito relevante para os estabelecimentos (porque os espaços são muito pequenos e as pessoas ainda têm receio de estar no interior). Quanto às zonas pedonais têm sempre que ser estudadas e faladas com moradores e comerciantes, etc. No caso do Bairro Alto, na rua da Atalaia, a rua melhorou bastante com as esplanadas porque passaram a ser mais limpas.

DM Manuel Lage (PS)

1. Considerou que é preciso um equilíbrio sobre a questão das ruas pedonais, mas é um trabalho que tem sido prosseguido pela CML. Questionou se a Associação já apresentou queixa sobre a questão das festas em apartamentos de alojamento local. Terminou agradecendo o trabalho de todo este setor e a forma como têm contribuído.
2. Questionou se o Lisboa Protege contribuiu positivamente para o setor.

Hilário Castro

Considera que a CML tem sido muito pró-ativa nas medidas que muito ajudaram os comerciantes, que foram várias como já referido (taxas, utilização espaço público, lisboa protege). Há, ainda, a questão da burocracia, nomeadamente nas esplanadas (por exemplo, no Bairro Alto havia 20 entidades a terem de se pronunciar e um pedido feito um julho só teve resposta em outubro). Pedem o reforço das Juntas de Freguesia para agilizar estes processos.

Quanto às festas, vão recebendo informação, mas ainda não formalizaram denúncia, apesar de terem dado conhecimento às entidades competentes em reuniões. Outra questão é o fenómeno das colunas ambulantes, que potenciam a formação de grandes grupos na rua.

DM Carla Madeira (PS/Presidente da Junta da Misericórdia)

Agradeceu o trabalho da Associação, que tem sempre soluções e preocupações com a zona envolvente. Este desconfinamento está a correr melhor do que o primeiro. O aumento dos horários é uma solução que ainda não se coloca por causa dos números da pandemia, ainda altos. Está, também, em curso o trabalho para um plano de reabilitação do Bairro Alto, que será apresentado em breve e terá um impacto muito positivo na zona. Está de acordo com a proposta de desburocratizar os processos nas juntas.

Hilário Castro

Agradeceu as palavras e retribui, reforçando que continuam empenhados no trabalho feito. Sobre o plano de recuperação, é importante e algo muito necessário na zona.

2.2. Recomendações

Tendo as possíveis recomendações retiradas desta audição sido alvo de aprovação aquando da votação favorável do Relatório conjunto sobre a análise da situação da Baixa Chiado e considerando que a questão do selo Clean and Safe se encontra já

salvaguardada pela aprovação, pelo Governo, de uma nova fase desse sela até abril de 2022, não se apresentam, por ora, recomendações específicas.

3. AUDIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO VARIAÇÕES – ASSOCIAÇÃO DE COMÉRCIO E TURISMO LGTI DE PORTUGAL

A Associação Variações fez-se representar por 3 elementos: O Diretor Executivo Diogo Silva, o Presidente João Passos e pela Tesoureira Alexandra Pais de Sousa.

O Presidente da 2ª Comissão deu início à reunião fazendo um breve resumo do que as comissões têm feito bem como o propósito desta audição. De seguida deu a palavra aos convidados:

Dr. Diogo Silva

Começou por apresentar a Associação, que foi criada oficialmente em 2017, tendo a atividade começado em janeiro de 2018. Referiu que coincidiu com a aprovação da estratégia do Turismo para a década, até 2027, onde um dos pontos prioritários seria promover Portugal enquanto destino LGBTI. Vários estudos de Organização Mundial de Turismo (OMT), demonstraram que o Turismo LGBT tem um potencial não só transformador das mentalidades e das cidades e das regiões onde ele é promovido como também é altamente lucrativo. São compostos pelos chamados *DINK (double income no kids)* ou seja casais sem filhos que viajam e que em média gastam 5x que um turista normal, têm interesses na cultura, como o ambiente e que procuram sítios onde se podem sentir seguros e à vontade, procurando espaços e locais assumidamente LGBT ou LGBTI *Friendly*, amigáveis no sentido em que não vão sentir qualquer tipo de discriminação. Disse que foi nesse sentido que a Variações surgiu, não só dar resposta a essa área de turismo como organizar toda a sua parte de comércio, que percebem que há um trabalho a fazer neste segmento e é algo que a Variações ocupou e pretende fazer. Está sediada em Lisboa, mas é de âmbito nacional, com mais de 65 empresas como membros, na sua maioria em Lisboa no Bairro alto e Príncipe Real pois historicamente sempre foram zonas de emancipação.

Referiu que quando se fala em negócios LGBT não estão simplesmente a falar de criação de mais-valia e de emprego para a comunidade, também se fala de espaços de encontro e reunião e emancipação da comunidade. Referiu que o Finalmente foi o primeiro espaço LGBT a surgir em Portugal após o 25 de Abril, tem 45 anos. Foram

espaços de revolução cultural e de aceitação da igualdade. Disse que a Variações veio juntar uma componente de transformação social que é o empoderamento económico das pessoas, pois é importante que a igualdade se concretize também na emancipação dos indivíduos.

Continuou dizendo que apesar de terem desenvolvido com o Turismo de Portugal a primeira campanha de promoção de Portugal enquanto destino LGBTI sentem que a nível local e até a nível da cidade de Lisboa ainda há muito trabalho para fazer nas mais diversas valências.

Referiu que este segmento é o primeiro a viajar e a querer viajar, são criadores de tendência e, portanto, quem trabalhar minimamente este segmento poderá auferir maior sucesso. Deu como referência Madrid que ao longo dos últimos 10 anos tem trabalhado muito bem este segmento e tornou-se uma referência para a comunidade LGBT, tendo à volta de 3 milhões de visitantes na semana *Pride* da cidade.

Disse que neste momento os negócios LGBT estão fragilizados, discotecas e bares que ainda estão fechados, nem se sabe se vão reabrir. Têm ajudado os associados com todas as formas de apoio existentes.

Não querem de todo uma discriminação positiva para os seus negócios, mas julgam que não há uma estratégia para o segmento LGBT, não em termos sociais, mas em termos económicos e de empoderamento económico da comunidade. Uma estratégia que passe por perceber como é que vamos posicionar a cidade de Lisboa como uma cidade que sabe receber, toda a gente, independentemente de quem as pessoas amam ou as pessoas que são e com isso capitalizar este *target* que tal como a OMT diz é dos principais segmentos na área do Turismo.

Alexandra Pais de Sousa

Veio referir que é Tesoureira da Associação e proprietária de um estabelecimento de bem-estar físico e relaxamento. Sendo a única Saúna Mista LGBTI de Portugal.

Comunicou que já por várias vezes as suas advogadas enviaram emails para a DGS e para a ASAE a pedir esclarecimentos sobre o funcionamento de Saúna e Banho Turco. Disse que há uma grande falta de clarificação por parte da DGS daquilo que pode ou não pode funcionar. A norma que saiu do conselho de Ministros foi que os espaços de Termas e Spas podem funcionar, no entanto não clarificam se estes equipamentos (saunas e banhos-turcos), que foram o ano passado decretados o seu encerramento, já podem ou não a funcionar.

Disse que lhe traz algum transtorno estas dúvidas por esclarecer, os turistas estrangeiros já estão a chegar e querem tentar começar a retoma económica e sem clarificarem estas normas não se sentem à vontade em abrir os estabelecimentos.

3.1. PERGUNTAS E RESPOSTAS AOS DEPUTADOS MUNICIPAIS

A Presidente da 7ª Comissão, Simonetta Luz Afonso (PS), agradeceu as intervenções e começou por pedir que lhe falassem um pouco sobre os horários de funcionamento, uma vez que têm tido conhecimento que os estabelecimentos noturnos quando fecham que o negócio se passa a fazer na rua, com muito mais perigo e falta de distanciamento.

Dr. Diogo Silva respondeu que como sabem houve uma reabertura da parte do turismo, os turistas estão a voltar à cidade e naturalmente as pessoas quando estão de férias têm uma aptidão e disponibilidade para horários mais tardios. No entanto, todos os estabelecimentos têm de cumprir a regra de às 22h30 encerrarem, pelo que a Rua passa a ser o espaço de encontro e continuação do “convívio” de quem estava dentro dos estabelecimentos. Na sua opinião é mau para o comércio, porque deixa de rentabilizar, é mau para o cliente pois passa a estar num espaço em que muitas vezes a confusão é criada e não há cumprimento das regras de segurança estabelecidas e é mau para os próprios moradores porque a festa deixa de ser nos estabelecimentos e passa a ser na rua. Parece que estamos num momento Paradoxal, há uma reabertura da economia, mas as regras horárias não estão a deixar isso acontecer. No seu entender julgam que os estabelecimentos deveriam poder funcionar até à 1h da manhã, ou seja, aceitavam clientes até à meia-noite e teriam de fechar à 1h.

O Deputado Rui Costa disse que tomou boa nota do que aqui foi dito e que merecem a nossa reflexão porque pela primeira vez estão perante convidados que estando bastante mais expostos, pelas características e pelo tipo de atividades que desenvolve às normas restritivas, são provavelmente as pessoas mais conscientes que ouviu até hoje sobre a matéria. São conscientes de duas realidades que devem ser objeto de análise no relatório que se fizer. Em primeiro lugar, a questão jurídica do estado de emergência versus estas figuras criadas no âmbito da lei de bases da proteção civil. O que colocam problemas sérios de determinação das obrigações jurídicas e da consequência pro seu incumprimento. Disse que esta questão que foi colocada do funcionamento dos equipamentos de sauna e de banhos turcos é uma questão que mesmo nós (do setor público) temos, naquilo que concerne ao funcionamento das

zonas dos balneários. Referiu que ainda há uns dias que se colocou a questão se os balneários da empresa poderiam ou não estar abertos, face às regras da DGS. Disse que mesmo ele, um jurista experimentado nesta altura de pandemia e de analisar todas as normas técnicas, não tem certezas. Referiu que existe uma grande “cacofonia” do ponto de vista normativo quer dos instrumentos clássicos (legislação, resoluções dos concelhos de ministros e regulamentos), quer depois das próprias entidades reguladoras seja a DGS, a ASAE seja a Autoridades para as condições de trabalho. Disse que há um empurrar, em situações de penumbra, de responsabilidades. Se a incerteza do vírus e da doença já não bastasse, temos a incerteza jurídica. É mais prejudicial ao ambiente de negócios e à manutenção das atividades económicas do que o é a incerteza do vírus. Referiu que as disposições normativas deviam ser objeto de uma maior determinabilidade.

Por último disse que se pugnará pelas pretensões que muito justamente aqui enunciaram.

O Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), Presidente da 2ª Comissão questionou se não queriam aprofundar a matéria dos apoios, uma vez que foi algo que não referiram na primeira intervenção. E se tinham algumas ideias ou propostas no que diz respeito ao posicionamento da cidade como destino LGBTI. Referiu que se tiverem documentos que queiram fazer chegar, ficarão depois anexos ao nosso relatório e servir de base para algumas propostas de recomendações.

O Dr. Diogo Silva respondeu que têm acompanhado o trabalho da AHRESP e da AHP, muitos dos seus associados são membros de ambas as associações e têm informado os associados as linhas de apoio tanto a nível nacional como a própria câmara de Lisboa pro setor.

Referiu que quando se referem a negócios LGBT, se referem a pequenos negócios, têm noção que muitos destes negócios têm um papel social muito grande. Disse que Lisboa é uma cidade de referência e âncora para a comunidade LGBTI a nível nacional. Porque muitos vêm de outras zonas do país para se emanciparem, para descobrir uma cidade onde podem ser eles ou elas mesmos, e onde conseguem iniciar os seus anos de vida e de emancipação. Muitas vezes esses negócios é onde encontram pessoas como elas ou como eles e onde conseguem, verdadeiramente, encontrar a felicidade. Se isso e verdade mais ainda é verdade atendendo o mundo atual que vivemos em que há mesmo o valor acrescentado se a cidade se souber

organizar e souber ter um posicionamento para este segmento, não só nacional, mas internacional.

Referiu mais uma vez que Lisboa tem o potencial para se tonar uma referência europeia a nível de destino LGBTI, mas só o irá fazer se a autarquia local, tiver uma estratégia para o setor. Neste momento sentem que há um TABU e que não existe visão para este segmento.

Acham que seria muito importante a ATL como a CML terem um departamento, uma divisão, uma pessoa que pense e se dedique numa estratégia para este segmento, criando uma campanha, uma marca, uma visão estratégica específica para divulgar a cidade de Lisboa, a nível internacional, como destino LGBTI. Disse que se isso se fizer, que se estará a cumprir as regras e um dos pontos estratégicos do Plano Nacional do Turismo – Divulgar Portugal enquanto destino LGBTI.

Outra das questões que gostaria de pôr à consideração, é que a Variações, apesar de ser uma associação empresarial, têm noção da sua responsabilidade social e por isso é que trabalham com associações como a ILGA e a EX AECO e com quem criam parcerias, por exemplo já vários associados contrataram refugiados LGBTI que viram nestes negócios um espaço para reiniciarem a sua nova vida num país onde os seus direitos e garantias são possíveis. Gostariam que existisse um centro LGBT onde pudesse agregar todas estas associações, a ILGA, a Variações e outras para que fosse mais fácil a quem procura ajuda em todas as vertentes. Disse que enviaram uma carta ao Presidente da Câmara nos finais de 2018 inícios de 2019 a propor um edifício na Freguesia da Misericórdia que estava desocupado, mas que até ao momento nada se concretizou. Referiu que há vontade destas associações.

Falar de LGBT não é só por uma questão de princípio, mas também há verdadeiramente uma mais-valia económica que se consegue ter, é preciso que haja estratégia e vontade política para se falar para este segmento.

A presidente da 7ª Comissão, a Deputada Simonetta Luz Afonso (PS) referiu que viu há muito pouco tempo o içar da bandeira LGBT nos Paços do Concelho e pensou que finalmente agora o resto virá.

O Dr. Diogo Silva disse que o simbolismo e a visibilidade são muito importantes, mas é preciso o resto. Disse também que enviarão um documento com as suas pretensões.

A Deputada Margarida Martins (PS) disse que gostou muito de os ouvir, e que a Junta e Freguesia de Arroios tem já há 2 anos um projeto para uma casa da Diversidade para a comunidade, que ficou pendente na CML, mas que vai agora avançar brevemente e que será uma casa para todos junto ao Mercado do Forno do Tijolo.

O Dr. Diogo Silva ficou agradado com a informação e referiu que se houver espaço para a Variações na casa da diversidade que estariam disponíveis.

3.2. CONCLUSÕES

A Associação Variações é uma associação empresarial sediada em Lisboa, que apoia o empoderamento económico da comunidade LGBTI em Portugal.

A grande maioria dos Associados consistem em negócios que são propriedade e/ou geridos por pessoas LGBTI ou com foco para este público. São maioritariamente pequenas e médias empresas que trabalham para estabelecer Portugal como um dos principais destinos LGBTI para viver, viajar e investir.

Preocupa-os neste momento os horários dos estabelecimentos, uma vez que a população às 22h30 não vai para casa e acaba por ser um atentado à saúde pública ter as pessoas na rua a consumirem álcool até à 1h da manhã em vez de estarem com distanciamento dentro dos estabelecimentos. Acham que seria melhor o alargamento dos horários até à 1h hora, sendo que só poderiam aceitar clientes até à meia-noite.

Querem que Lisboa cumpra os objetivos do Plano Nacional do Turismo e se posicione como destino LGBTI. O posicionamento da cidade como destino LGBTI poderia ser uma mais-valia económica para a cidade.

Os Convidados não chegaram a enviar qualquer documento, como estava acordado, para ser anexado a este relatório.

4. Audição do Representante da Associação Circuito – Associação Portuguesa de Salas de Programação e de Música – Sr. Gonçalo Riscado
2 de Junho de 2021

O Presidente da 8ªCP Rui Paulo Figueiredo iniciou a audição realizada por videoconferência, fazendo o seu enquadramento no âmbito do acompanhamento da situação económica da cidade, também na vertente cultural, dando conjuntamente com a Presidente da 7ªCP as boas vindas ao representante da Associação Circuito, Gonçalo Riscado que tomou a palavra para a intervenção inicial.

Este começou por fazer uma apresentação da Associação referindo que se trata de uma Associação de âmbito nacional fundada em 2020 já no decorrer da pandemia que representa 27 dos estimados 40 a 45 potenciais associados. Destes 27 associados 12 situam-se na cidade de Lisboa. Continuou fazendo uma caracterização das particularidades dos seus associados. Estes gerem espaços de diversão nocturna em grande parte disponibilizando actividade de restauração e bebidas, mas que como elemento diferenciador incorporam actividade cultural, artística e musical através de programação, ou seja actividade regular e continuada realizada por artistas e trabalhadores da Cultura.

Salientou a importância destes espaços com programação, na medida em que permitem o lançamento de muitos artistas e também se assumem como casa para muitos outros que pelo estágio da sua carreira, ou pelas especificidades da sua arte, por exemplo projectos alternativos ou experimentais, não tem acesso a grandes espaços como festivais ou grandes salas de espectáculos. Isto, referiu, permite a existência de um circuito de actuações para os artistas que lhes possibilita sustentar a sua actividade artística sendo um pilar para o sector da música.

Referiu ainda que os associados funcionam quase na sua totalidade em espaços privados arrendados e constituem-se maioritariamente em empresas mas também em associações sem fins lucrativos.

Apresentou alguns dados de forma a evidenciar a realidade do sector. Assim referiu que os dados obtidos em 2019 recorrendo aos números de bilhetes vendidos ou aferidos por outros meios nos espaços dos associados mostravam a realização de um total de 7537 espectáculos (aqui compreendem-se igualmente as actuações de música electrónica manipulada por "DJ"), sendo que destes na cidade de Lisboa ocorreram 3941 correspondente a 51%. No que respeita a espectadores nos referidos espectáculos os números são de 1 178.847 e 705.000 (60%) respectivamente.

Referiu que a Associação Circuito é membro de uma associação de âmbito europeu que agrupa as suas congéneres.

Considerou que estes espaços contribuem fortemente para a atractividade das cidades e nestas dos bairros ou zonas onde se instalam contribuindo para as economias destas escalas, sublinhando a necessidade da existência de uma estratégia para Lisboa.

Quanto à situação provocada neste sector pela pandemia Covid-19, considerou ser dos mais afectados encontrando-se encerrados quase totalmente há um ano e dois meses. Disse que as perspectivas de reabertura destes espaços na sua plenitude e de forma autónoma e sustentada não se prevê sem que antes esteja encontrada uma solução eficaz para a pandemia.

Enfatizou a dificuldade de encontrar planos ou testagem que revele exequibilidade nestes espaços por razões diversas e algo complexas que se prendem com as características dos espaços (sem lugares marcados) e das actividades que intrinsecamente são de socialização. Desta forma não contestam as medidas exigidas pela DGS e outras entidades responsáveis.

No entanto garantiu ser claro que os constrangimentos destas medidas impõem a diminuição da lotação para números entre os 10% e os 15%, a que acresce a redução dos horários e períodos de funcionamento, o que não permite a sustentabilidade e manutenção da actividade dos espaços, num sector que já se encontra com algum nível de endividamento por recorrer ao crédito bancário na fase inicial da pandemia e portanto fragilizado e sem capacidade de contrair novos créditos.

Salientou a importância que tiveram os apoios nomeadamente ao nível governamental com o programa "Apoiar" e o "Lay-off" simplificado e municipal com o "Garantir Cultura", como essenciais para a sobrevivência do sector.

Elogiou as características do programa municipal "Garantir Cultura" e o facto de com esse apoio se terem reaberto momentaneamente as salas, de forma controlada e condicionada a lotação, realizando nos meses de Maio e Junho 120 espectáculos que envolveram 480 profissionais entre artistas e técnicos.

Opinou ser necessário dar continuidade a estes apoios pelo menos até Setembro ou Outubro como forma de mitigar as consequências da pandemia no sector e contribuir para que estas não venham a encerrar definitivamente.

4.1. PERGUNTAS E RESPOSTAS AOS DEPUTADOS MUNICIPAIS

A **DM Ana Mateus (PSD)** pediu alguns esclarecimentos adicionais sobre a ligação das salas à Associação e se estas eram maioritariamente propriedade dos próprios ou arrendadas.

O **Sr. Gonçalo Riscado** respondeu que os associados eram as empresas ou associações que detinham ou desenvolviam as actividades e que quanto à propriedade dos espaços e salas eram na sua grande maioria espaços arrendados.

A **presidente da 7ª CP Simonetta Luz Afonso (PS)** questionou sobre se as experiências da testagem e dos planos dos grandes festivais trariam ensinamentos e aplicabilidade para o sector tendo seguidamente aludido à importância de evitar os encerramentos destes espaços e salas.

O **Sr. Gonçalo Riscado** respondeu não lhe parecer ser utilizável a experiência da testagem e outras medidas àqueles espaços pela diferença nas áreas e pelas características dos espectáculos que o tornam inviável. Quanto à necessidade de evitar os encerramentos referiu que, mesmo do ponto de vista económico é preferível proteger do que encerrar e mais tarde ter que criar de novo pois tal significaria uma perda maior.

O **DM Sobreira Antunes (PEV)** deu a conhecer a existência de um site da Associação Circuito considerando nele existir matéria relevante para a audição e questionou se a Associação tem acompanhado alguns encerramentos de espaços na cidade e como a avalia nomeadamente quanto ao impacto da lei do arrendamento.

O **Sr. Gonçalo Riscado** respondeu referindo que tiveram conhecimento de alguns encerramentos, que estão ligados a fenómenos de especulação turística e pressão imobiliária que fazem subir o preço do arrendamento para níveis insustentáveis e a uma lei do arrendamento que não os protege e assim provocam encerramentos ou deslocação para zonas periféricas, acrescentando que seriam necessárias políticas de protecção e integração local.

O **presidente da 8ª CP Rui Paulo Figueiredo (PS)** perguntou se poderia ser considerada como boa a informação existente no site da Associação e se haveria informação adicional sugerindo que a mesma pudesse ser remetida às Comissões.

O **Sr. Gonçalo Riscado** respondeu enviar posteriormente um conjunto de informações mais completa e actualizada.

Essas informações foram recepcionadas nos serviços de apoio em dois documentos sendo que o intitulado “Circuito Lisboa –Recomendações” é reproduzido seguidamente na íntegra:

“RECOMENDAÇÕES DE ESTRATÉGIAS A IMPLEMENTAR

1. Apoio à manutenção das salas de programação de música

a) Renovação do apoio a fundo perdido para os segundo e terceiro trimestres de 2021 O apoio da Câmara Municipal de Lisboa ao Circuito Lisboa, aprovado em Dezembro de 2020, foi fundamental para assegurar a sobrevivência das 12 salas de programação de música desta rede durante os meses de inverno, permitindo que não acumulassem mais prejuízos, e para o reconhecimento e valorização destes espaços de programação cultural. É, assim, essencial dar continuidade ao apoio público municipal a esta primordial rede de programação e criação cultural, através da renovação deste apoio nos segundo e terceiro trimestres de 2021 na sua dupla vertente: - apoio à manutenção das salas, a fundo perdido, com vista a cobrir as despesas com custos fixos não visadas por nenhuma outra medida de apoio; - apoio à programação artística, que se destina a apoiar artistas e outros profissionais do espetáculo que dependem destas salas para a promoção e exibição do seu trabalho.

b) Criação de um apoio de apoio à criação e edição de novos artistas Para além de assegurar a sobrevivência destes espaços durante a pandemia, é necessário potenciar a valorização e o desenvolvimento deste ecossistema após a pandemia, dando seguimento ao projeto agora iniciado. Neste sentido, propomos o desenvolvimento de um programa de apoio à criação e à edição de novo artistas em parceria e numa relação de proximidade com este circuito de salas de programação de música, cujo trabalho e importância fundamental para o lançamento de novos artistas permitirá potenciar a criatividade.

2. Desenvolvimento de uma estratégia a médio e longo prazo para a economia noturna da cidade de Lisboa Para além de assegurar a sobrevivência destes espaços durante a pandemia, é necessário potenciar a valorização, desenvolvimento e regulação deste ecossistema após a pandemia. Continuando o projeto iniciado agora, A valorização e investimento em ações culturais devidamente reconhecidas, quer pela diversidade, quer pela complementaridade dos seus agentes, contribuirão para determinar a atratividade da cidade de Lisboa e afirmá-la enquanto cidade cultural e de criativos. Importa, assim, começar a

desenhar uma estratégia para a economia noturna da cidade de Lisboa a médio e longo prazo que fomente uma oferta cultural diversificada e promovam e contribuam para o desenvolvimento de soluções para mitigar os impactos urbanos negativos causados, direta ou indiretamente, pela atividade do setor. Para orientar este processo de desenvolvimento consistente e participado que tenha vista a valorização, desenvolvimento e regulação deste setor, sugerimos a consultora especializada em estratégias e processos VibeLab, criada por Lutz Leichsenring, fundador da Clubcommission, e Mirik Milan, criador do cargo de Nightmajor em Amesterdão. Desde 2018 que o VibeLab tem vindo a desenvolver um trabalho fundamental na pesquisa, avaliação e implementação de ações estratégicas para a vida noturna das cidades. Em anexo, poderão encontrar uma apresentação da consultora e do seu trabalho desenvolvido (Anexo 1), a visão que aplicam e como Lisboa poderia beneficiar da mesma (Anexo 2), e uma proposta de estratégia e visão para a economia noturna da cidade (Anexo 3). Nos anexos 4 e 5, disponibilizamos ainda a apresentação do Creative Footprint, projeto de avaliação da pegada cultural das cidades, e os resultados dessa pesquisa na cidade de Nova Iorque.

3. Reconhecimento das salas de programação de música enquanto instituições culturais

Em maio deste ano, o governo municipal de Berlim declarou os clubes e salas de programação de música enquanto instituições culturais, outrora reconhecidos como espaços de entretenimento tais como os bordéis, salas de apostas, cinemas e salas de videojogos. Para além do reconhecimento cultural, isto contribuirá para garantir mais regulamentação para estes espaços, protegê-los dos perigos da gentrificação, beneficiar de incentivos fiscais e potenciar a sua abertura em mais zonas da cidade. Da mesma forma, em Portugal, o estatuto legal das salas de programação de música não introduz qualquer diferenciação entre estas e, por exemplo, discotecas ou bares, pelo que a mudança de estatuto legal destes espaços é um passo fundamental na valorização destes espaços enquanto importantes polos de programação cultural da cidade. "

Um segundo documento foi entregue aos deputados das Comissões demonstrando realidades e experiências de diversas cidades nomeadamente: Berlim, Madrid, Amesterdão, São Paulo, Tóquio, Nova Iorque, Sidney, Nova Deli entre outras.

4.2. CONCLUSÕES

- Os espaços de diversão nocturna com programação artística e musical possuem características diferenciadoras que devem ser valorizadas, nomeadamente pelo trabalho neles desenvolvido por artistas de forma regular, constituindo-se desta forma como meio de promoção e sustentação das suas carreiras e produção.
- Apesar de diversos estes espaços e a sua actividade possuem características comuns que determinam negativamente a perspectiva de reabertura plena para breve, são elas a inexistência de lugares, a circulação permanente e sociabilização intrínseca, o consumo de comida e bebidas entre outros, o que dificulta decisivamente a implementação de medidas eficazes de protecção face à pandemia Covid-19.
- O funcionamento com as restrições de lotação e limitação de horários, para combate à disseminação da Covid-19, torna-o inviável do ponto de vista económico. Apesar disso é desejável que este funcionamento restrito possa acontecer de forma a manter o circuito de trabalho e criação para profissionais e artistas sendo as experiências apoiadas por programas consideradas positivas.
- Os apoios às empresas e associações deste sector mostraram-se fundamentais para contrariar os encerramentos e por isso é necessário garantir a sua continuidade quer no âmbito nacional quer no municipal, num horizonte incerto que poderá estender-se ao final do terceiro trimestre.
- Os apoios devem estender-se aos artistas possibilitando a continuidade do seu trabalho, da criação e produção artísticas.
- É relevante o desenvolvimento de uma estratégia a médio e longo prazo para a economia noturna da cidade de Lisboa que valorize e invista na actividade cultural diversificada, aumentando a atractividade da cidade de Lisboa afirmando-a enquanto cidade cultural e de criação e contribuam para o desenvolvimento de soluções para mitigar os impactos urbanos negativos causados, direta ou indiretamente, pela atividade do setor.

RECOMENDAÇÕES

Tendo em consideração as conclusões e recomendações vertidas no Relatório referente à análise da situação da Baixa Chiado, já aprovadas em Reunião Plenária da Assembleia Municipal, entenderam a 2ª e a 7ª Comissões Permanentes da AML, extrair do presente processo de audições apenas novas recomendações de carácter mais específico. Desta forma, a 2ª e a 7ª Comissões Permanentes da AML, consideram pertinente recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

- Proceda à renovação dos apoios extraordinários estabelecidos para o apoio à área Cultural, nomeadamente naquilo que concerne ao apoio à programação artística, e ao apoio à manutenção do funcionamento de salas de programação de música;
- Tendo em conta a dimensão de muitas das empresas deste sector e as dificuldades económicas no acesso a consultoria, que a Câmara Municipal de Lisboa, em colaboração com as associações profissionais, elabore documentos informativos do género "FAQs".
- Se aposte na divulgação da cidade de Lisboa, através das campanhas da ATL como um destino LGBTI;
- Que se estude um local para a criação de um Centro LGBTI que possa albergar, caso seja a sua vontade, todas as associações deste segmento.
- Fomente a criação artística, através da criação de um fundo de apoio à criação e edição de novos artistas;

No mesmo âmbito recomendar a Câmara Municipal de Lisboa que sensibilize o Governo:

- Para a realidade específica das salas de programação de música, para que este estude a forma de alteração do estatuto legal destes espaços que hoje se encontram equiparados a discotecas ou bares.
- A clarificar as normas de funcionamento de forma a que os estabelecimentos tenham a certeza do que podem ou não abrir, nomeadamente as saunas e banhos turcos;
- Para que as regras restritivas aplicáveis sejam mais claras e compreensíveis para os agentes económicos e população;
- Para que em conjunto com a Direcção-Geral da Saúde e com as entidades representativas do sector, avalie a reabertura dos estabelecimentos de animação noturna a portadores dos certificados digitais Covid-19.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Assembleia Municipal de Lisboa, em 9 de julho de 2021.

O Presidente da 2ª CP

A Presidente da 7ª CP

Rui Paulo Figueiredo

Simonetta Luz Afonso

O Deputado Municipal Relator

João Carlos Pereira